

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Responsabilidade Social

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 2058/2016**, de autoria do deputado Dr. Julianelli, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o selo empresa solidária coma vida no estado do Rio de Janeiro", **favorável, com a emenda da Comissão de Saúde.**

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer favorável** do relator, deputado Comte Bittencourt, ao **Projeto de Lei nº 2163/2016**, de autoria do deputado Jorge Felipe Neto, que "Determina a obrigatoriedade de apresentação de Certificação d Assistência Social – CEBAS para as Organizações Sociais – OS, firmarem contrato, convênio ou instrumento congênere com o estado do Rio de Janeiro".

Defesa do Consumidor

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 2272/2016**, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Dispõe sobre o peso líquido drenado nos produtos embalados com acrescimento de líquido para conservação e do pescado congelado", **favorável, com a emenda da CCJ.**¹

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer favorável** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 2542/2017**, de autoria doa deputada Fatinha, que "Veda a cobrança de valores decorrentes da lavratura do Termo de Ocorrência de Irregularidade (TOI) na mesma conta, fatura ou boleto bancário, no qual se remunere o serviço, no âmbito do estado do Rio de Janeiro".

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer favorável** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 2729/2017**, de autoria do deputado Iranildo Campos, que "Obriga as empresas prestadoras de serviços públicos e privados a informarem em suas cobranças a eventual existência de débitos".

¹ CCJ – Comissão de Constituição e Justiça.

Educação:

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer favorável** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 1339/2015**, de autoria do deputado Márcio Canella e Waguinho, que "Institui a campanha estadual antitabagismo nas escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro".

APROVADO na **Comissão de Educação** o **parecer** do relator deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 795/2015**, de autoria do deputado Wagner Montes, que "Dispõe sobre o acesso de profissionais da área de saúde, que fazem tratamento de alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento, e com altas habilidades ou superdotação, nas dependências das escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro", **favorável, com emenda**.

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer favorável** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 2673/2017**, de autoria do deputado Marco Figueiredo, que "Institui o Programa de Conscientização e Orientação sobre a "Síndrome de Irlen" nas escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro".

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer** do relator, deputado Comte Bittencourt, ao **Projeto de Lei nº 1876/2016**, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que "Dispõe sobre o monitoramento de casos de violência sexual, ataques e estupros ocorridos nas escolas de nível médio, de ensino tecnológico e nas universidades públicas e privadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro", favorável, com a subemenda da CE² e CCJ³

Economia:

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer favorável** do relator, deputado Comte Bittencourt, ao **Projeto de Lei nº 1902/2012**, de autoria do deputado Luiz Paulo, que "Dispõe sobre o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES) e dá outras providências".

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer favorável** do relator, deputado Luiz Paulo, ao **Projeto de Lei nº 234/2011**, de autoria do deputado Edson Albertassi, que "Dá nova redação ao caput do artigo 7º da Lei nº 5.636/2010, com o objetivo de incluir o município de Teresópolis e o Distrito Industrial de Nova Friburgo no que dispõe a lei sobre política de recuperação industrial regionalizada do Estado do Rio de Janeiro".

² CE – Comissão de Educação

³ CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

Assuntos Tributos

APROVADO na Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais o parecer do relator, deputado Luiz Paulo, ao Projeto de Lei nº 1427/2016, de autoria do deputado Wagner Montes, que "Dispõe sobre a publicidade das informações de arrecadação do ICMS no estado do Rio de Janeiro", **favorável com emenda**.

APROVADO na Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais o parecer favorável do relator, deputado Comte Bittencourt, ao Projeto de Lei nº 1581/2016, de autoria do deputado Luiz Paulo, que "Acrescenta dispositivo na Lei nº 2.657 de 26 de dezembro de 1996". (parcela de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS será recolhida ao Tesouro Estadual, em conta vinculada à Subsecretaria de Estado de Receita).

Assuntos Tributos/ Tecnologia

APROVADO na Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais o parecer contrário do relator, deputado Luiz Paulo, ao Projeto de Lei nº 940/2015, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que "Autoriza o Poder Executivo a estabelecer normas de tributação para o setor de tecnologia e dá outras providências".

Indústria Audiovisual

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer favorável do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao Projeto de Lei nº 2099/2016, de autoria da deputada Martha Rocha, que "Torna obrigatória a divulgação do serviço disque 100, em todos os cinemas do estado do Rio de Janeiro, para denúncia de violência contra criança e adolescente".

Interesse Geral

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer favorável do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao Projeto de Lei nº 2326/2017, de autoria do deputado Carlos Macedo, que "Altera a Lei 6130/2011 dispõe sobre a proibição de cobrança por uso de banheiro instalado nos shopping centers no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências".

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer favorável** do relator, deputado Carlos Osório, ao **Projeto de Lei nº 2615/2017**, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, que "Obriga supermercados e hipermercados que comercializam cápsulas de café expresso a disponibilizar pontos e recebimentos de invólucros utilizados e dá outras providências", **favorável, com a emenda da CCJ e com as emenda da CDMA**⁴.

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer favorável** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 2745/2017**, de autoria do deputado Marco Figueiredo, que "Dispõe sobre a fixação de aviso, em estabelecimento que fabriquem ou comercializem produtos utilizados na confecção de balões, informando a Lei que torna crime a fabricação, venda, transporte e soltura de balões".

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer** do relator, deputado Comte Bittencourt, ao **Projeto de Lei nº 2010/2016**, que "Altera a Lei nº 4.849 de 25 de setembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Comunicação Social e dá outras providências", **favorável com a emenda da CDDHC**⁵.

APROVADO na **Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raças, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional**, o **parecer** do relator, deputado Wanderson Nogueira, ao **Projeto de Lei nº 1159/2015**, de autoria do deputado Carlos Minc, que "Estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoa em virtude da sua raça, cor e/ou etnia", **favorável ao substitutivo da CCJ**.

*Pauta da Comissão de
Saneamento Ambiental
Reunião dia 06-março-2018*

Relator: Deputado Dr. Julianelli

PL 924/2011 - atendimento preferencial em estabelecimentos comerciais do estado às pessoas que se utilizam de sacolas retornáveis.

PL 1708/2016 - atendimento preferencial em estabelecimentos comerciais do estado às pessoas que se utilizam de sacolas retornáveis.

PL 1954/2016 - torna a varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, serviços ambientais essenciais à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde pública da população e à preservação da fauna e da flora, em defesa das presentes e futuras gerações.

⁴ CDMA – Comissão de Defesa do Meio Ambiente.

⁵ CDDHC – Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania.

PL 2315/2016 - proíbe a produção, fabricação, distribuição, comercialização, importação, venda, divulgação, uso e descarte nos rios, córregos e no mar, de qualquer produto cosmético, de higiene pessoal e de limpeza que contenham microesferas de plástico, sejam elas ocas ou maciças, provenientes de polímeros de polietileno, polipropileno (PP), poliacetal (delrin ou pom), tereftalato, polimetilmetacrilato, náilon (poliamida ou PA), ou similares, no estado do Rio de Janeiro.

Relator: Deputado Nivaldo Mulim

PL 1069/2015 - institui o selo empresa humanitária (seh) no estado do Rio de Janeiro

Relator: Deputado Rosenverg Reis

PL 684/2015 - dispõe sobre a implantação, nos órgãos da administração pública, direta e indireta, do poder público do estado do rio de janeiro, do plano de gestão de logística sustentável - PLS – RJ.

PL 2172/2016 - altera a lei nº 3.325 de 17 de dezembro de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental, cria o programa estadual de educação ambiental e complementa a lei federal nº 9.795/99 no âmbito do estado do Rio de Janeiro”.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão extraordinária

Dia: 27/02/2018

REGIME DE URGÊNCIA/ DISCUSSÃO ÚNICA ANALISE DAS EMENDAS

APROVADO, na forma do substitutivo da CCJ⁶, o **Projeto de Lei nº 3796/2018**, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.495, de 05 de dezembro de 201 e dá outras providências” (Sistema de Governança de Incentivos Fiscais e Transparência deverá ser o órgão do Governo do Estado responsável por determinar os prazos que os estabelecimentos que ainda recebem benefícios fiscais no Rio têm para enviar a documentação necessária para a fiscalização da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento (SEFAZ). O **substitutivo aprovado seguirá a autógrafa do Governador**.

⁶ Substitutivo da CCJ favorável às emendas n.ºs 01, 02, 05 e 06; favorável com subemendas aglutinativas às emendas n.ºs 04, 16, 24, 45 e 48; 11, 13, 14 e 39; 19 e 27; contrário as demais emendas, concluindo por substitutivo, sob forma final de redação

Sessão Ordinária
Dia: 28/02/2018

2ª DISCUSSÃO

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2926/2017**, de autoria dos deputados André Ceciliano, Wanderson Nogueira e Carlos Minc, que "Altera a Lei Estadual 7617, de 06 de junho de 2017 e dá outras providências" (utilização de pneus reciclado em massa asfáltica no recapeamento das rodovias). **O PL vai a autógrafa.**

Texto encaminhado a autógrafa.

<http://alerjn1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/621ad1c248636b1d832582420071bbcb?OpenDocument>

APROVADO o **Projeto de Resolução 521-A/2017**, de autoria dos deputados André Ceciliano e Luiz Paulo, que "Regulamenta o Inciso X do artigo 110 do Regimento Interno da ALERJ, sobre o Requerimento para reconhecimento da calamidade financeira em âmbito municipal". **Resultado final: Resolução 516/2018..**

Redação do Vencido

APROVADA, na forma do substitutivo da CCJ⁷, do Projeto de Lei nº 546-A/2015, de autoria dos deputados Flávio Serafini, Tia Ju e Comte Bitencourt, que "Introduz alterações no artigo 17 da Lei Estadual 3350, de 29 de dezembro de 1999" (proíbe a cobrança de taxa adicional ao serviço realizado por profissionais de educação física). **Vai à redação final.**

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o **Projeto de Lei nº 3594/2017**, de autoria do deputado Carlos Osório e outros⁸, que "Torna obrigatória a afixação de cartazes nas academias, clubes, associações, escolinhas esportivas e demais organizações que oferecem serviços de atividades físicas, esportivas e similares no âmbito do estado do Rio de Janeiro, informando sobre a importância de consultar o conselho regional de educação física do estado do Rio de Janeiro sobre a situação do profissional de educação física", **com os pareceres favoráveis** das Comissões de: Constituição e Justiça; Esporte e Lazer; Trabalho; e de Economia. **A matéria voltará em 2ª discussão.**

⁷ Substitutivo da CCJ – parecer favorável a emenda nº 01

⁸ Chiquinho Da Mangureira, Comte Bittencourt, Dr. Julianelli, Edson Albertassi, Luiz Paulo, Marcia Jeovani, Paulo Ramos, Tio Carlos, Waldeck Carneiro

O **Projeto de Lei nº 3604/2017**, de autoria do deputado Comte Bittencourt, que “Institui o programa estadual de educação no trânsito nas escolas, a ser implantado nas unidades de ensino fundamental das redes públicas e privada no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”, **recebeu parecer favorável das Comissões** de: Constituição e Justiça; Educação, Transportes; Meio Ambiente; e de Orçamento. O **PL recebeu 5 (cinco) emendas e retorna às Comissões para análise das emendas recebidas.**

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/0b511c5aa31427de832582430067df06?OpenDocument>

Sessão Ordinária
Dia: 01/03/2018

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o **Projeto de Lei nº 3446/2017**, de autoria da deputada Lucinha, que “Proíbe a utilização dos filmes plásticos envoltivos dos vasilhames ou garrações de 10 (dez) e 20 (vinte) litros comercializados no estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências”. **Vai a autógrafa.**

Link para acessar o texto enviado a autógrafa

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/b5a806e6cc096a5083258243007991ed?OpenDocument>

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2699/2017**, de autoria do deputado Carlos Osório, que “Dispõe sobre a destinação de bens e produtos apreendidos no combate ao roubo de cargas no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, com as emendas da CCJ. A **matéria vai à redação do vencido para 2ª discussão.**

APROVADO, na **forma do substitutivo da CCJ⁹**, o **Projeto de Lei nº 1352/2016**, de autoria do deputado Milton Rangel, que “Concede aos profissionais de educação física que prestam seus serviços como personal trainer acesso livre às academias para acompanhar seus clientes e dá outras providências”.

⁹ Substitutivo da CCJ – favorável as emendas 02,05, 06, 07 e 11 e contrário as emendas 01,03,04 e 20, concluindo por substitutivo.

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:**ATOS DO PODER LEGISLATIVO:****AGORA É LEI:****LEI Nº 7.867 de 01 de março de 2018**

Oriundo do PL 1150/2015

Autor: Deputado Atila Nunes

Cria o Programa "Alimentação para todos" nas escolas da rede pública e privada no estado do Rio de Janeiro. (DO-I de 2/3/18)

LEI Nº 7.868 de 01 de março de 2018

Oriundo do PL 2440/2017

Autor: Deputado André L. Ceciliano

Altera a Lei nº 6854, de 30 de junho de 2014 que estabelece critério de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores, e dá outras providências. (DO-I de 2/3/18)

ATOS DO PODER EXECUTIVO:**Ato do Secretário de Estado:****Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento**Subsecretaria de Estado de Receita
Superintendência de Tributação**Portaria SUT nº 0114 de 01 de março de 2018**

Altera o Manual de Diferimento, ampliação de prazo de recolhimento, suspensão e de incentivos e benefícios de natureza tributária aprovado pelo Decreto nº 27.815/2001, em virtude da celebração do Convênio ICMS 133/2017. (DO-I de 2/3/18)

ANALISE DE VETOS – SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA DE 27/02/18

Os deputados derrubaram 20 dos 23 vetos do governador Luiz Fernando Pezão a projetos de lei que estavam na pauta de terça-feira (27/02) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Com isso, as novas leis serão promulgadas ou atualizadas e publicadas no Diário Oficial nos próximos dias.

Com 40 votos favoráveis e nenhum contrário, foi derrubado o veto ao **projeto de lei 3.234-A/17**, do deputado Marcelo Freixo (PSol), que cria o Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos Agentes de Segurança Pública do Estado. O projeto contempla policiais civis e militares, inspetores penitenciários, bombeiros militares e agentes socioeducativos do Degase. "Muitas vezes, os trabalhadores das UPPs, por exemplo, precisam atuar em condições adversas, sem material e estrutura adequada. Esse programa cria uma ordem, um funcionamento e não cria despesa para que eles tenham um programa de saúde a ser cumprido", argumentou Freixo. → [Promulgado – Lei 7.883 de 02/03/2018](#)

Foi derrubado também o veto ao **projeto de lei 2.384/17**, do deputado Nivaldo Mulim (PR), que determina a reserva de pelo menos 5% das vagas de emprego para mulheres nos editais de licitações para obras públicas da administração direta e indireta estadual. Foram 40 votos favoráveis e nenhum contrário. O autor afirma que a norma é importante para "que as mulheres possam cada vez mais ocupar um mercado de trabalho que hoje é predominantemente masculino". → [Promulgado – Lei 7.875 de 02/03/2018](#)

Já o veto ao **projeto de lei 2.538/13** foi derrubado com 47 votos favoráveis e nenhum contrário. De autoria do deputado Paulo Ramos (sem partido), o texto muda a administração do Bairro Joaquina, atualmente pertencente a Cabo Frio, para Búzios, alterando a Lei 2.498/95. "A população desse bairro vive há muitos anos esse drama que criou uma série de problemas em relação a investimentos em infraestrutura", afirmou Paulo Ramos. → [Promulgado – Lei 7.880 de 02/03/2018](#)

Turismo em comunidades

Foi derrubado com 40 votos favoráveis e nenhum contrário, o veto ao **projeto de lei 3.598/17**, da deputada Zeidan (PT), que cria uma política voltada para o turismo em comunidades, incluindo favelas, regulando a atuação de agências e estimulando a economia local e solidária. O projeto abrange áreas como as dos povos tradicionais, reservas indígenas, comunidades quilombolas, de pescadores, e de conservação e determina que os responsáveis pelas atividades turísticas tenham uma identificação visível para moradores e turistas. A deputada explica que o projeto segue as recomendações da Organização Mundial de Turismo: "O objetivo é integrar a juventude dessas áreas ao mercado de trabalho, aproveitando justamente o espaço no turismo. O Rio de Janeiro é um destino conhecido no mundo todo, então, merece mais atenção às políticas públicas desse setor". → [Promulgado – Lei 7.884 de 02/03/2018](#)

Consumidor

Foi derrubado com 44 votos favoráveis e nenhum contrário, o veto ao **projeto de lei 2.096/16**, do deputado Wagner Montes (PRB), que estabelece critérios sobre a responsabilidade dos danos causados aos consumidores por má prestação dos serviços das empresas de telefonia móvel ou fixa. O texto diz que serviços que não sejam gratuitos como caixa postal, chamada em espera e conferência, entre outros, só poderão ser oferecidos com solicitação e autorização prévias. → **Promulgado – Lei 7.871 de 02/03/2018.**

Também foi derrubado o veto ao **projeto de lei 194/15**, da ex-deputada Tânia Rodrigues, que proíbe que contratos de prestação de serviços tenham cláusulas que obriguem a fidelização, com a cobrança de multas caso o consumidor encerre o contrato antes do prazo estipulado. Foram 45 votos favoráveis e nenhum contrário. → **Promulgado - Lei 7.872 de 02/03/2018.**

Com 40 votos favoráveis e nenhum contrário, foi derrubado o veto ao **projeto de lei 1.199/15**, do ex-deputado Farid Abrão, que determina que bancos emitam de forma gratuita a segunda via do extrato bancário, quando a primeira impressão estiver ilegível, em papel termossensível ou de duração transitória. As informações deverão estar disponíveis por até cinco anos após o encerramento da conta ou da emissão da primeira via do extrato. → **Promulgado – Lei 7.879 de 02/03/2018.**

Dois vetos derrubados dizem respeito à adequação das atuais penalidades ao Código de Defesa do Consumidor (CDC), que leva em conta fatores como a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor. A autoria das propostas é da deputada Cidinha Campos (PDT). É o caso do **projeto de lei 2.946/14**, que atualiza a Lei 5.968/11 que obriga a divulgação do descarte correto para embalagens de óleos comestíveis após o uso do produto, que teve votação unânime de 45 votos favoráveis. → **Promulgado – Lei 7.837 de 02/03/2018.** E o **projeto de lei 2.955/14** que vai alterar a Lei 4.896/06 que trata de empresas de telefonia que não cumprem os direitos de privacidade dos usuários. Foram 40 votos favoráveis e nenhum contrário. → **Promulgado – Lei 7.885 de 02/03/2018**

Outros vetos derrubados:

Com 44 votos favoráveis e nenhum contrário, foi derrubado o veto ao **projeto de lei 403/11**, do deputado Luiz Martins (PDT), que obriga os hospitais gerais do Rio que tenham unidades de internação psiquiátrica a disponibilizarem leitos e

tratamentos específicos para pessoas com transtornos mentais. → **Promulgado – lei 7.874 de 02/03/2018**

Derrubado com 40 votos favoráveis e nenhum contrário, o veto total ao **projeto de lei 1.713/16**, dos deputados Paulo Ramos (sem partido) e Bebeto (PDT), que tomba o imóvel do Ceres Futebol Clube, em Bangu, como patrimônio histórico e cultural do Estado do Rio. → **Promulgado – Lei 7.876 de 02/03/2018**

Com 40 votos favoráveis e nenhum contrário, foi derrubado o veto ao **projeto de lei 1.126/15**, do deputado Flávio Bolsonaro (PSC), que autoriza o Poder Público a instituir o programa estadual de criação de recifes artificiais, denominado "Programa Costa Viva". → **Promulgado – Lei 7.877 de 02/03/2018**

Derrubado o veto ao **projeto de lei 1.862/16**, do deputado Wagner Montes (PRB), que dá prioridade para receber a vacina contra o vírus Influenza A (H1N1) aos doadores regulares de sangue - homens que realizam ao menos três doações ao ano e mulheres que doam pelo menos duas vezes por ano. Foram 40 votos favoráveis e nenhum contrário. → **Promulgado – Lei 7.878 de 02/03/2018**

Com 40 votos favoráveis e nenhum contrário, foi derrubado o veto ao **projeto de lei 3.335/17**, do deputado Waldeck Carneiro (PT), que inclui o dia 17 de outubro no calendário de datas comemorativas do estado como Dia Estadual da Democratização da Comunicação e do Combate ao Monopólio da Mídia. → **Promulgado – Lei 7.881 de 02/03/2018**

Derrubado o veto ao **projeto de lei 1.510/16**, dos deputados Dr. Julianelli (Rede), Martha Rocha (PDT) e Lucinha (PSDB), que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Capacitação de Agentes da Saúde para difundir o conhecimento da Lei Maria da Penha. Foram 40 votos favoráveis e nenhum contrário. → **Promulgado – Lei 7.882 de 02/03/2018**

Com 37 votos favoráveis e nenhum contrário, foi derrubado o veto parcial ao **projeto de lei 2.799/2017**, dos deputados Marcelo Freixo (PSol) e Zaqueu Teixeira (PDT), que se tornou a Lei 7.837/18 e declarou o *Hip Hop* como patrimônio cultural imaterial do Estado do Rio. Um dos trechos vetados e derrubados pela Alerj vai permitir que as rodas do ritmo sejam realizadas sem autorização do Executivo quando não tiverem estrutura de palco e quando não forem feitas em vias de grande fluxo de trânsito. → **Promulgado – Lei 7.836 de 10/01/2018**

Foi derrubado o veto parcial ao **projeto de lei 2.182/16**, do deputado Samuel Malafaia (DEM), que se tornou a Lei 7.836/18 e criou o programa "Empresa Amiga da Segurança", com o objetivo de estimular a contribuição de empresas para a melhoria da estrutura de delegacias e de batalhões de polícia, do Corpo de Bombeiros e de presídios. O trecho vetado diz que os recursos das doações deveriam ser destinados à Secretaria de Estado de Segurança sem a vinculação a programas ou projetos. Foram 37 votos favoráveis e nenhum contrário. → **Lei 7.836 de 09/01/2018** o dispositivo veto inserido na lei.

Derrubado com 40 votos favoráveis e nenhum contrário, o veto ao **projeto de lei 1.806/16**, da deputada Enfermeira Rejane (PCdoB), que cria um programa de conscientização, combate e prevenção contra a violência aos profissionais de saúde. → **Promulgado – Lei 7.886 de 02/03/2018**

Com 40 votos favoráveis e nenhum contrário, foi derrubado o veto ao **projeto de lei 2.280/16**, do deputado Benedito Alves (PRB), que determina a fixação de cartazes nos órgãos de saúde do estado com informações sobre a Síndrome de Guillain-Barré - uma doença neurológica grave, caracterizada pela inflamação dos nervos e pela fraqueza muscular, que pode ser fatal em alguns casos. A doença é geralmente diagnosticada após uma infecção viral, como a dengue ou o zika vírus. → **Promulgado – Lei 7.887 de 02/03/2018**

E também foi derrubado o veto parcial ao **projeto de lei 2.327/17**, dos deputados Luiz Paulo e Lucinha, do PSDB, e André Ceciliano (PT), que se tornou a Lei 7.845/18 e alterou artigos da norma que criou medidas relacionadas às atividades dos criadores amadores de pássaros no estado (Lei 6.908/14). O trecho vetado e derrubado pelos deputados vai ampliar de 50 para 125 o número de transferências de pássaros que os criadores podem fazer, e aumentará de quatro para dez UFIR-RJ o valor da taxa a ser paga para a transferência dos animais (UFIR-RJ = R\$3,29). Foram 37 votos favoráveis e nenhum contrário. → **Lei 7.845 de 10/01/2018** o dispositivo veto inserido na lei.

Foram mantidos os seguintes vetos:

- **Veto total ao projeto de lei 2.109/16**, do deputado licenciado Jair Bittencourt, que obriga a realização de exames de urina tipo I e de creatina na rede pública de saúde.
- **Veto total ao projeto de lei 1.249/15**, do deputado André Ceciliano (PT), que obriga estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços a divulgarem o motivo de terem sido penalizados por órgãos de defesa do consumidor.

- **Veto total ao projeto de lei 1.329/15**, do deputado Paulo Ramos (sem partido), que autoriza o Poder Judiciário a criar no estado a central de registro civil de nascimentos e a central de registro de óbitos - que reuniria informações sobre os registros feitos nos cartórios.

Retirado do site da ALERJ

AUDIÊNCIA PÚBLICA



Conjunta das Comissões de: Minas e Energia; Economia, Indústria e Comércio e de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais e a Frente Parlamentar em Defesas da Indústria Naval e Offshore

DIA: 06/03/2018

HORA: 10:00

Local: sala 311 do Palácio Tiradentes

Tema: Discussão do **Projeto de Lei 3660/2017**, de autoria do Deputado André Ceciliano, que trata da adesão do estado do Rio de Janeiro ao regime aduaneiro denominado REPETRO.

Deliberação de Audiência Pública



Da Comissão de Saneamento Ambiental
Ofício 21/208, do deputado Dr. Julianelli, de 08/02/18

Dia: 06-março-2018 para deliberar sobre o

Tema: Cumprimento da Lei nº 5.52, de 2009, que "Dispõe sobre a substituição e recolhimento de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais localizados no estado do Rio de Janeiro como forma de coloca-las à disposição do ciclo de reciclagem e proteção ao meio ambiente fluminense e acrescenta o artigo 98-A à Lei 3.465/2000".